



**OS DESAFIOS IMPOSTOS PELO PROJETO BEPS:
ENTRE A TRIBUTAÇÃO DA INOVAÇÃO E A
INOVAÇÃO NA TRIBUTAÇÃO**

Roberto Vasconcellos



Federalismo Fiscal

- concentração da arrecadação pelo governo federal
 - CIDE
 - desoneração do ICMS e ISS nas exportações
- parte da tributação do consumo atribuída a Estados e Municípios
 - guerra fiscal
 - conflito de competência entre os entes tributantes
 - ICMS – ISS – IPI



Legislação Federal

- Lei do Bem
- Lei de Informática
- CIDE
- PIS/COFINS Importação
- Regras de preços de transferência
- Limitação da dedutibilidade dos royalties
- Dificuldades para obter o ex tarifário
- Interpretação dos acordos de bitributação
 - conceitos de: royalties, know-how, serviço técnico e assistência técnica



Legislação Estadual

- incidência do ICMS sobre software
- cumulatividade do ICMS por conta de isenções concedidas no meio da cadeia produtiva
- crédito acumulado por força de exportações e dificuldades para o seu aproveitamento



Legislação Municipal

- incidência do ISS sobre a “importação” de serviços
 - conceito de “resultado”
- exportação de serviços
 - Caracterização



Lei de Informática

- incentivo para empresas investirem em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I)
- Lei n. 8.248/91 alterada pela Lei n. 13.674/18
- voltada para empresas de tecnologia (hardware e automação)
- redução de IPI para produtos habilitados/incentivados
- recursos direcionados a ICTs (Instituições de Ciência e Tecnologia) públicas e privadas
- aplicação em fundos de investimento
- contestada na OMC



Lei do Bem

- incentivos em PD&I
- redução do IRPJ, CSLL e IPI
 - 60% a 100% a mais de deduções para IRPJ e CSLL
- depreciação integral e imediata de máquinas e equipamentos
- amortização integral de intangíveis
- alíquota 0 para IR-fonte sobre despesas com registro e manutenção de marcas e patentes no exterior
- investimentos em ICTs



Lei do Bem

- dificuldade de aproveitamento do benefício por empresas com prejuízo fiscal
- restrições à contratação de institutos de pesquisa ou pesquisadores estrangeiros
- comprovação de regularidade fiscal para aproveitamento do benefício
- custos de gestão e controle de gastos
- custos de obrigações acessórias e relatórios ao MCTIC
- demora na análise dos relatórios



CIDE – Remessa - Royalties

- Lei 10.168/00 – inicialmente sobre contratos que envolvessem a transferência de tecnologia
- Lei 10.332/01 – ampliação da incidência
- receita deveria ser destinada ao FNDCT (Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico)
- onera a fonte de pagamento



PIS/COFINS-Importação

- novo tributo
- importação de serviços
- base de cálculo – valor aduaneiro
- dificuldade de aproveitamento do crédito por algumas empresas



Acordos de Bitributação

- divergência sobre os conceitos de serviço técnico, assistência técnica, know-how e royalties
 - tecnologia é normalmente transferida por um serviço
 - conceito de royalty na lei brasileira – exclui os direitos autorais
 - interpretação da RFB
 - aplicação do artigo 7, 12 ou 21 dos acordos de bitributação
 - protocolos dos acordos de bitributação
 - eventualmente artigo 13 – se houver ganho de capital
 - venda de software com abertura do código fonte
 - remessas do Brasil para países que tem acordos de bitributação
 - retenção na fonte
 - gross up



Tributação Estadual

- **(esfera estadual)**
- impactos da decisão do STF (rel: Sepúlveda Pertence)
 - software de prateleira
 - incidência sobre o download?
 - cloud computing?
- **Convênio 106/2017**
 - Convênio 181/2015
 - Decisão Normativa CAT n. 4/2017



Tributação Municipal

- Parecer Normativo n. 1/2017
- interpretação da incidência do ISS sobre o licenciamento de software adquirido por download ou instalado em servidor externo (SaaS)
- Lei Complementar n. 157/16



Tributação Municipal

- Lei Complementar nº 116/03
 - importação de serviços
 - resultado do serviço
 - exportação de serviços
 - PN n. 2/2016
 - PN n. 4/2016
 - PN Cosit n. 1/2018 (Receita Federal do Brasil)
 - conclusão
 - fruição
 - utilidade



Desafios Globais

- elementos de conexão
 - ausência de presença física em operações envolvendo intangíveis
 - onde tributar?
 - fonte de pagamento?
 - local das contas que recebem o pagamento?
 - local dos investidores?
 - local da hospedagem de dados?



Desafios Globais

- quanto tributar?
 - qual o valor agregado em cada jurisdição?
- estabelecimento permanente
 - critérios tradicionais para configuração de um EP ainda podem ser aplicados?



Desafios Globais

- Economia Digital – principais desafios
 - qualificação
 - localização
 - identificação
 - controle
 - aplicação de tributos específicos para a Economia Digital



BEPS

- BEPS Action 1
 - combate à erosão tributária
 - revisão do conceito de estabelecimento permanente
 - adequação das regras de preços de transferência
 - obrigação de retenção do VAT nas compras digitais
 - acordos bilaterais ou multilaterais para tributos sobre o consumo?
- tendência a intensificar a tributação na fonte
 - fonte de pagamento
 - desafio - criptomoedas



- União Européia
 - propostas legislativas
 - tributação do lucro com base no local do negócio e dos usuários dos canais digitais
 - criação de imposto provisório para tributação das atividades digitais



- Países como França, Inglaterra, Israel, EUA e Singapura
 - incentivos fiscais para startups inovadoras
 - reduções e isenções de IR sobre Ganho de Capital
 - créditos tributários entre 10% e 100% do valor investido
 - deduções dos valores investidos das demais rendas (salários, ganhos de capital etc)
 - dedutibilidade de perdas nos investimentos
 - linhas de financiamento